



DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

SILMARA DA SILVA LIMA

**RECORTES SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O
PRECONCEITO SOCIAL**

**GUARABIRA – PB
2012**

SILMARA DA SILVA LIMA

RECORTES SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O PRECONCEITO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Neres A. Silva

GUARABIRA – PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

L732r

Lima, Silmara da Silva

Recortes sobre o preconceito linguístico e o preconceito social / Silmara da Silva Lima. – Guarabira: UEPB, 2012.

15f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Rosângela Neres A. Silva”.

1. Preconceito Linguístico 2. Preconceito Social
3. Variação I. Título.

22.ed. CDD 306.44

SILMARA DA SILVA LIMA

RECORTES SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O PRECONCEITO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras da
Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Licenciado em Letras.

Aprovado em 28 de junho de 2012.

Rosângela Neres A. Silva

Profa. Dra. Rosângela Neres A. Silva - UEPB

Orientadora

Danielly Lopes de Lima

Profa. Ms. Danielly Lopes de Lima - UFCG
Examinadora

João Paulo Fernandes

Prof. Ms. João Paulo Fernandes - UEPB
Examinador

RECORTES SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O PRECONCEITO SOCIAL

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e interpretar os conceitos relacionados ao preconceito linguístico dentro e fora da escola. Buscamos problematizar as relações e reações expressas pelos indivíduos, ao se depararem com as diferenças linguísticas existentes na sociedade, descrevendo a questão do preconceito linguístico, aliado ao preconceito social, em uma breve reflexão com relação às denominações de “certo” e “errado”, sobretudo entre as classes menos privilegiadas e o ambiente escolar. Para tanto, utilizamos como suporte teórico as abordagens de Bagno (2001; 2002), Bortoni-Ricardo (2004), Geraldi (2006), Gnerre (2003) e Possenti (1996). Concluímos que o preconceito linguístico deve ser discutido em sua origem, é importante a conscientização de que o processo de variações são naturais e acontecem em todos os âmbitos. Torna-se imprescindível uma discussão ampla sobre diversidade inicialmente cultura, social e, por fim, linguística.

Palavras-chave: Preconceito social. Preconceito linguístico. Variação e escola.

1 INTRODUÇÃO

A língua é algo mutável, sendo toda e qualquer ela condicionada por fatores como o tempo, sociais, culturais, geográficos e os indivíduos que fazem uso dela, ou seja, a língua que hoje falamos com tanta fluência é diferente da utilizada no início da colonização. Segundo Bagno (2001, p.22):

Por que toda língua além de variar geograficamente, no espaço, também *muda com o tempo*. A língua que falamos hoje no Brasil é diferente da que era falada aqui mesmo no início da colonização e também é diferente da língua que será falada aqui mesmo dentro de trezentos ou quatrocentos anos!

E em meio a essas mudanças, surgem os valores sociais e também a descontinuação de certos verbetes. Além disso, o autor afirma que a padronização da língua é responsável pela escala valorativa de itens linguísticos que permanecem ou não em vigência na sociedade. Identificamos, assim, a variedade padrão ou norma padrão, considerada “certa”, por seguirem as regras da gramática normativa.

A norma padrão é aquele *modelo ideal* de língua que deve ser usado pelas autoridades, pelos órgãos oficiais, pelas pessoas cultas, pelos escritores e jornalistas, aquele que deve ser ensinado e aprendido na escola. Vejam bem que eu disse aquele que *deve ser*, não aquele que necessariamente é empregado pelas pessoas cultas. (BAGNO,2001,p.22).

A norma padrão, o português oficial, é geralmente utilizado na literatura canônica, onde a boa escrita é bastante valorizada; nos meios de comunicação, onde as pessoas que deles fazem uso têm grande poder de persuasão; nas leis e decretos que regem o país; e nas escolas, onde os educadores são capacitados para isso.

Ao constatarmos que o uso do português padrão dá-se em sua maioria, pelas classes privilegiadas e que as classes de menor prestígio social, marginalizadas e também oprimidas, geralmente fazem uso da variedade não padrão da língua portuguesa, estratificamos ao mesmo tempo, que o uso de um tipo de variedade da língua propicia a disseminação de preconceitos linguísticos

É justamente diante de todas essas especificidades que surge o preconceito linguístico, pois além de ele estar preso a esses fatores, soma-se ainda à estigmatização e ao preconceito social, pois a sociedade julga os falantes da norma não padrão como “errados”, tanto linguística quanto socialmente.

O Brasil possui uma grande diversidade de linguagem, e o ser social precisa aprender a lidar com as diferenças existentes. Deve-se enfrentar o problema do preconceito e procurar amenizá-lo, seja no âmbito da sociedade e, principalmente, na esfera escolar. Neste artigo, descrevemos os pressupostos teóricos sobre o preconceito linguístico, mostrando que ele, na verdade, é decorrente de uma outra vertente, de problemática social.

2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O preconceito linguístico tem sido objeto de estudo de inúmeros linguistas, que tendem a salientar, de forma categórica, a ação negativa do ato preconceituoso que perpassa a questão da língua.

A questão referente ao que é “certo” e “errado” no uso da linguagem tem sido enfatizada constantemente e discutida como um problema valorativo que perpassa, inicialmente, um preconceito iminentemente social. Tende-se a julgar como “erradas”

as pessoas que utilizam variantes não padrão e a generalizar que todos os falantes que utilizam essas variantes pertencem as classes desprivilegiadas, com pouco acesso à educação ou às escalas de repercussão social.

Marcos Bagno, em seu livro "Preconceito Linguístico", expõe as inúmeras formas de caracterizar o ato preconceituoso, leva o leitor a uma breve reflexão e mostra-lhe os meios de combatê-lo. Para o autor, o preconceito linguístico defasa a auto estima do ser humano e deve ser abolido da sociedade. Uma das discussões propostas por ele leva em consideração um fator bastante relevante: a questão social e a concepção de que língua é, categoricamente, aquela que aprendemos na escola. Contudo, sabemos que as variações existentes são utilizadas constantemente e, Bagno discute amplamente esse fato, afirmando que:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, como vimos no Mito nº1, uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente", e não é raro agente ouvir que "isso não é português"(BAGNO, 2002,p.40).

A questão abordada acima refere-se aos indivíduos que, por falta de instrução ou por não terem frequentado a escola, utilizam formas específicas de falar, no entanto, tal colocação não deve ser caracterizada como um erro, pois existem explicações pertinentes para as variações linguísticas. A sociedade passa a utilizar conceitos para definir a escala de uso do português padrão e marca os indivíduos como "certos" ou "errados" por sua forma de falar, caracterizando-os, assim, de forma preconceituosa.

Sírio Possenti molda uma importante discussão, referente à sua concepção de preconceito linguístico:

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais, e sociais. Aceitamos que os outros (os que falam outra língua) falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente (POSSENTI,1996,p.29).

É algo relativamente complexo e equivocado caracterizar uma determinada forma de falar como errada, mas constantemente nos encontramos fazendo ou agindo de tal forma, ou presenciando tal situação. Contudo, aceitar as variações

seria algo passível de modificar e tornar flexível os usos da linguagem de muitos falantes, dentro do contexto social e escolar.

Sobre as instâncias do preconceito e sua ação prejudicial sobre o indivíduo, Marcos Bagno acrescenta que:

(...) os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito (BAGNO,2002,p.75).

A perspectiva abordada pelo autor, no decorrer do seu livro, revela instrumentos que ressaltam os mecanismos que desmistificam os preconceitos linguísticos, fornecendo uma possível diminuição de atos preconceituosos. A necessidade de buscar meios de quebrar tais posições impostas pela sociedade é importante e urgente.

Questões que têm como propósito esfacelar o preconceito linguístico foram ressaltadas em "A língua de Eulália". De forma clara e bastante discursiva, o autor expõe situações do cotidiano, através da personagem Irene, permitindo-nos entender de os segmentos que envolvem o social, em especial, aqueles indivíduos caracterizados pela então personagem Eulália, "A Eulália é um poço fundo de conhecimento e sabedoria" (BAGNO, 2001,p.13).

O conhecimento ao qual o autor se refere é exatamente o de mundo, que a personagem detém, devido a sua experiência de vida, porém, sua forma de falar, caracterizada por muitos como errada, passa a defini-la como um indivíduo marginalizado. É justamente o que ocorre com a maioria dos falantes das variantes não padrão, pois a sociedade não valoriza certos tipos de conhecimento e passa a avaliar tais indivíduos, principalmente os que não frequentaram a escola, como seres que pouco têm a oferecer à sociedade.

Mas, o preconceito linguístico vai bem além da marginalização do falante na sociedade, e é preciso entender bem a questão da variedade linguística, principalmente em um país de extrema diversidade social como o Brasil. Segundo Geraldi:

A variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades, se existe alguma diferença de *status* ou de papel, essas diferenças se refletem na linguagem. Por isso, muitas vezes percebem-se diferenças na fala de pessoas de classe diferente, de idade diferente, de sexo diferente, de etnia diferente, etc.(GERALDI, 2006, p.35)

A variedade linguística vai justamente delimitar posições, em diversos segmentos. A linguagem mostra a posição social de um indivíduo, em geral, aqueles que ocupam uma posição privilegiada na sociedade projetam-se de forma diferente, pois utilizam uma linguagem bem mais elaborada, com propósito de convencer a classe menos prestigiada que, por suas condições sociais, ela também não tem como dominar o português padrão.

Por mais que isso nos entristeça ou irrite, é preciso reconhecer que o preconceito linguístico está aí, firme e forte. Não podemos ter a ilusão de querer acabar com ele de uma hora para outra, porque isso só será possível quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização. (BAGNO, 2002, p.139-140)

Sendo assim, para ser minimizado, o preconceito linguístico deve ser discutido em sua origem, a base social. É importante a conscientização de que os processos variáveis da língua são naturais e acontecem em todos os âmbitos. É preciso desenvolver uma discussão ampla sobre diversidade, inicialmente cultural, social e, por fim, linguística.

Como afirma Bagno (2002), é necessário que essa conscientização reconheça e difunda os processos de variação da língua portuguesa, explicando sua natureza e fazendo compreender que existem “muitas formas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Essa conscientização levará a entender que “não existe erro de português”, e sim outras possibilidades de uso da língua.

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E PRECONCEITO SOCIAL

O preconceito linguístico evidencia alguns fatores, tais como a avaliação prévia do indivíduo, colocando-o assim em julgamento. É essa visão que desencadeia as discriminações e, como consequência, a exclusão social.

O preconceito linguístico é, na realidade, decorrente do próprio preconceito social, visto que o ser humano faz uso da linguagem, expressando suas opiniões, sua cultura, evidenciando sua origem. É, através da linguagem, que o indivíduo

mostra a sua origem, e o uso constante de variantes não padrão observadas em sua linguagem irá proceder na disseminação de julgamentos que são também sociais.

A questão linguística e a social estão em constante relação porque a língua é um objeto sociocultural por excelência (GNERRE, 2003). Em geral, o alvo do preconceito são aqueles indivíduos que fazem parte da classe social de menor prestígio, que utilizam variantes estigmatizadas socialmente. Além disso, o desconhecimento de conceitos como sotaque e entonação, bem como variantes especificamente regionais, também levam ao preconceito. É o caso dos nordestinos e suas particularidades linguísticas, que acabam, devido ao desconhecimento dessas normas, enfrentando muito preconceito de outras comunidades do país.

Segundo Gnerre (2003, p. 6-7): “Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” O autor mostra, então, que a questão da língua está ligada a valores. As variedades linguísticas de uma comunidade serão aceitas mediante a aceitação social que elas possuem, incluindo os valores econômicos e sociais.

É certeza crucial que o tempo segue seu rumo, passa e se transforma, mas a sociedade convive até os dias atuais com a má distribuição de renda e sob o julgo daqueles que detêm o poder e que ditam as regras do que deve ser usado na sociedade, inclusive linguisticamente.

A linguagem tem como função promover a comunicação e, através dela, o indivíduo irá expressar sua opinião, posicionando-se perante a sociedade e dependendo da colocação e do contexto, pode “imprimir” um caráter persuasivo. Logo, o indivíduo deve ter como falante da língua algumas habilidades que são pertinentes à comunicação. Utilizar as variantes em seu lugar e contexto adequados leva-o a intervir em meio à sociedade.

Segundo Gnerre (2003), a variedade linguística reflete na sociedade o poder e também a autoridade do falante, evidenciando o âmbito social, pois a variedade que realmente é reconhecida de destaque maior corresponde àquela que encontra-se mais próxima da linguagem escrita.

Assim, o autor traça uma perspectiva histórica que leva o leitor a compreender o processo de se colocar uma variedade oral na forma escrita, ainda naquela época, em que o latim era a língua modelo.

Eram grandes as diferenças entre as variedades linguísticas correntes e o latim, modelo de língua e de poder, na Europa da Idade Média. As variedades linguísticas associadas com a escrita passaram por um claro processo de "adequação" lexical e sintática, no qual o modelo era sempre o latim(GNERRE,2003, p.11).

O modelo de língua usado na Idade Média era o Latim; era a linguagem padrão, que, no decorrer do tempo, foi sofrendo inúmeras influências e mudanças. Em meio a todo esse processo histórico, a linguagem desde então vem tendo como norte, ou seja, tem tomado como direção a linguagem dos dominantes, sempre predominando as relações de poder, e aquele que detém o poder inevitavelmente irá definir o que será utilizado como padrão na língua.

Assim, quando a gramática das línguas românicas foi instituída como um dos instrumentos de legitimação do poder de uma variedade linguística sobre as outras, desenvolveu-se toda uma perspectiva ideológica visando a justificá-la. (GNERRE, 2003, p.14-5).

Letrados e humanistas tinham como propósito legitimar o poder de uma variedade linguística sobre outras, contudo, a gramática que prevaleceu foi a românica, em virtude das perspectivas ideológicas com o intuito de justificá-la.

Um ponto pertinente ao assunto que envolve o preconceito linguístico e o social faz referência à língua dos gramáticos, GNERRE (2003) aponta a definição de um produto elaborado com a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade. E, no Brasil, a norma existente nas gramáticas passa a ser um conjunto de opiniões, com regras e mais regras, que ditam como a língua portuguesa deveria ser. Nesse contexto de uso da língua, segundo as normas gramaticais estabelecidas, aqueles falantes cuja linguagem foge à regra padrão não são caracterizados como exceção e sim como indivíduos que não têm cultura.

Além de abordar uma perspectiva linguística, Gnerre faz referência também ao poder que as palavras possuem, como pode ser observada no seguinte trecho:

O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de algumas palavras, talvez poucas centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes (GNERRE,2003, p.20).

O poder das palavras, segundo o autor, está em evidência em nosso meio, pois algumas irão exprimir definições que irão de acordo com algumas ideologias e, de alguma forma, a mensagem que esta palavra passará não será captada por

todos, visto que as grandes massas podem não se familiarizar com as formas das palavras, privando-se assim do contexto de uso da linguagem. Há ainda o caso do filtro da comunicação de informações, onde o emissor utiliza uma linguagem que não é a habitual, impedindo a transmissão de informações para grande parte da população menos culturalizada. É, nesse contexto que surge a real necessidade de reformular alguns conceitos.

As chamadas linguagens especiais são as linguagens usadas nas comunidades específicas, que acabam excluindo aqueles que não fazem parte do meio. O autor define a função das linguagens especiais, ressaltando que todas têm valor comunicativo e também de exclusão, seria uma forma de caracterizar o grupo em relação ao ambiente linguístico em que ele vive. Como exemplo de linguagens especiais temos as gírias e jargões.

Com todo este embasamento teórico, observamos que a correlação entre preconceito linguístico e preconceito social são evidentes, e que a discriminação perpassa o decorrer do próprio tempo. Gnerre caracteriza ainda a gramática normativa como algo ligado ao autoritarismo. Todavia, esta tem como fundamento as regras para se escrever "corretamente" e, de fato, são regras preestabelecidas, e cumpridas por poucos, sendo excluídos da sociedade.

Por mais que entendamos a concepção de que os falares e verbetes são características do indivíduo e que fazem parte da sua cultura, a instauração do preconceito ainda é um fato visível, porque a língua tem o poder de dividir e impor a diferença em relação aos falantes.

4 A DINÂMICA DOS PRECONCEITOS: SOCIEDADE VERSUS ESCOLA

Os linguistas vem possibilitando o esclarecimento de inúmeros fatos linguísticos, e a desmistificação do preconceito vem instigando, nos falantes de língua portuguesa, a conscientização sobre a variação linguística.

Bortoni-Ricardo (2005) ressalta aspectos de grande relevância no âmbito da educação, retratando inúmeras circunstâncias que nos possibilitam compreender a situação do preconceito linguístico na sociedade e na escola.

Já se observou que as variedades linguísticas no Brasil não são compartimentadas. Caracterizam-se por uma relativa permeabilidade e fluidez que se pode representar com um *continuum* horizontal, em que as variedades se distribuem sem fronteiras definidas. A variação ao longo desse *continuum* vai depender de fatores diversos, tais como a mobilidade geográfica, o grau de instrução, a exposição aos meios de comunicação de massa, bem como a outras agências implementadoras da norma culta e urbana, ao gênero, grupo etário, mercado de trabalho do falante etc. (BORTONI-RICARDO,2005,p.24)

A autora enfatiza ainda a questão que remete a funcionalidade da fala, em relação ao papel que o indivíduo desempenha na sociedade, nas mais diversas situações. São evidenciadas as diferentes variedades de linguagem que irão se deter não só às situações, mas também ao espaço e, entre outras possibilidades de interação, à linguagem em uso. O uso padrão da língua irá potencializar a competência do indivíduo, pois de forma demasiada poucos a utilizam.

A variação linguística irá, de acordo com o grupo social em que o indivíduo está inserido, refletir sua identidade. O acesso à língua padrão, de certa forma, torna-se limitado, por esta ter maior prestígio em meio a sociedade quando comparada as demais variações existentes. Porém, tal requisito não deve ser visto como um fator discriminatório.

Na escola, deve-se levar em conta o conhecimento ou a bagagem de aprendizagem que o aluno traz, com relação aos usos da linguagem, potencializando sua consciência acerca dos fenômenos variáveis da língua.

De acordo com Bortoni-Ricardo:

(...) a linguística recomenda que a norma culta seja ensinada nas escolas, mas que, paralelamente, se preservem os saberes sociolinguísticos e os valores culturais que o aluno já tenha aprendido antes, no seu ambiente social. Resguarda-se assim o direito que o educando possui à preservação de sua identidade cultural específica, seja ela rural ou urbana, popular ou elitista (BORTONI-RICARDO,2005,p.25-26).

O professor tem como tarefa esclarecer as reações de preconceito com relação às variações em sala de aula; o conhecimento prévio do aluno deve perpassar a aprendizagem de novas habilidades, de forma que o mesmo entenda que as variações devem ser utilizadas mediante as circunstâncias. No entanto, este não é um trabalho fácil e requer muito empenho e dedicação do educador, que deve manter um compromisso com a sociedade e a escola, implementando formas viáveis de ajuste e aceitação da linguagem.

As variações linguísticas, relação zona urbana e rural, estão bastante presentes na sociedade e, em especial, na sala de aula. Estas variações são, em muitos casos, alvo de discriminação. No entanto, os falantes brasileiros apresentam uma vasta diversidade linguística, em virtude dos regionalismos. A linguagem urbana e rural divergem entre si, caracterizando, assim, aqueles que fazem uso delas. As classificações são as mais diversas, visto que a linguagem rural vem desde então sendo considerada a que não tem prestígio algum, diferentemente da linguagem urbana, que prioriza a valorização do indivíduo.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 35), aponta que“(...) os regionalismos lexicais encontrados na fala da população de cada cidade brasileira têm cunho geográfico e não social”. A autora acentua aqui a questão geográfica como algo que exprime maior relevância em comparação ao social, visto que as características regionais classificam os indivíduos mediante a fala. Os falantes por si só denunciam suas raízes, seus costumes e hábitos, é sabido que o prestígio social cabe à linguagem culta, e logo sai de foco a questão geográfica, tendo maior destaque os fatores de ordem social.

A norma culta se faz necessária aos falantes, pois ela nos fornece subsídios para que possamos alcançar certos posicionamentos na sociedade.

Outro fator que recomenda o ensino da norma culta é a importância que este aprendizado tem na modalidade social do indivíduo. Qualquer pessoa precisa dominar a variedade linguística de prestígio para poder ter acesso a níveis superiores de ensino e assim obter empregos bem remunerados (BORTONI-RICARDO, 2005,p.36).

A utilização de formas que não são compatíveis com a norma culta tendem a ser estigmatizadas. A sociedade em geral ressalta a utilização do português padrão como a modalidade aceitável e correta, todas as modalidades que desviam-se do padrão são consideradas erradas ou, no mínimo, diferentes. São formas diferenciadas da variedade da língua.

Erros de português são simplesmente *diferenças* entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas pelo afeto e informalidade, como vimos, e culturas de letramento, como a que é cultivada na escola (BORTONI-RICARDO,2004,p.37).

O falante detém o domínio da língua em casa, com sua família, e, em um segundo momento de sua vida, este indivíduo tem que frequentar a escola. É nesse processo de novas descobertas da língua portuguesa, em sala de aula, que muitos passam por turbulências, pois, em alguns casos, a família não tem o domínio da língua padrão e, em casa, no ambiente familiar, estes não fazem uso das regras de língua portuguesa, tão pouco ficam presos a pronúncia correta de determinadas palavras. As variações culturais têm uma forte contribuição no que diz respeito as variações linguísticas com o propósito de amenizar o ato preconceituoso com relação as diferenças existentes e em suas formas de utilização.

A autora supracitada enfatiza como o professor de Língua Portuguesa deve proceder com seus alunos com relação à questão do erro linguístico:

Da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não-padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a *identificação* da diferença e a *conscientização* da diferenças (BORTONIRICARDO, 2004,p.42).

Cabe, assim, ao professor colocaros critérios em prática, conhecer as regras das variações e olhar o aluno com mais atenção, identificando assim a diferença. O segundo passo seria a conscientização do aluno com relação às diversidades linguísticas e culturais de sua região em relação a outras comunidades, fazendo com que ele valorize e compreenda a riqueza da variedade linguística.

A conscientização do professor como fator primordial irá promover realmente uma erradicação do preconceito linguístico na escola, construindo uma nova perspectiva de ação sobre o reconhecimento da diversidade linguística no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa formação acadêmica, tivemos a oportunidade de ter um contato com livros de autores renomados que nos fazem compreender, de forma clara e prática, a funcionalidade da língua e suas variações. Recebemos toda orientação de como desempenhar uma prática docente que venha a valorizar as inúmeras variações linguísticas existentes.

Com essa pesquisa bibliográfica, procuramos descrever os principais conceitos relacionados ao preconceito linguístico e relaciona ao preconceito de

ordem social, uma vez que os usos da língua são objeto essencial na formação e manutenção do poder na sociedade.

No decorrer de nosso artigo, foi possível salientar as questões referentes à vivência do ser humano e ver que o mesmo demonstra uma enorme dificuldade para lidar com as diferenças, inclusive quando presentes na linguagem. Ao se deparar com a diversidade, o indivíduo desenvolve um misto de comportamentos estigmatizantes em relação às variantes que fogem às regras gramaticais estabelecidas como corretas pelas raízes históricas da manutenção das línguas. Infelizmente esse preconceito encontra-se envolto na relação social e o indivíduo passa a negar o outro, medindo o seu valor através da sua forma de falar.

Bagno explica todo esse movimento da língua, propondo-nos uma breve reflexão sobre o assunto e apontando soluções plausíveis para se minimizar os efeitos do preconceito.

Se dizer *Cráudia, praça, pranta* é considerado "errado", e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado "certo", isso se deve simplesmente a uma questão que não é linguística, mas social e política- as pessoas que dizem *Cráudia, praça, pranta* pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que eles falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada "feia", "pobre", "carente", quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola (BAGNO,2002,p.42).

A nossa língua esta sujeita aos mais diversos tipos de variações. A língua portuguesa apresenta um grande número de variação e não deve ser vista apenas sob as imposições da norma culta e depreciar as demais, pois, dessa forma, estaremos desprezando também os indivíduos que fazem uso dela.

Como professores de Língua Portuguesa, temos como papel ensinar aos nossos alunos que existe a norma padrão, mas que existem as variações e devemos então saber quando e como usá-las. Logo, o que existe são situações de uso da linguagem e devemos formar seres que tenham a capacidade de refletir não só sobre a língua, mas sobre as questões que norteiam a própria sociedade.

Constatamos que ainda há muito a ser feito para que possamos inibir o preconceito e que um trabalho árduo deve ser iniciado imediatamente. Cabe aos educadores não deixarem passar despercebidas as questões ou situações preconceituosas, pois serão uma excelente oportunidade de proceder esclarecimentos. Devemos tornar os nossos educandos falantes competentes e

críticos, que saibam utilizar as variações conscientemente, de acordo com as inúmeras situações de uso.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *A Língua de Eulália: Novela Sociolinguística*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de letras, 1996.